Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia / SECADI/MEC
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos
no contexto da Diversidade Cultural

Janice de Souza Valle

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL PROFESSOR AUXILIAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA CIDADE DE PALMAS-TO

Brasília – DF
2015

Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP
Resolução Nº 1/ 2010/SEDUC/TO

Janice de Souza Valle

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL PROFESSOR AUXILIAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA CIDADE DE PALMAS-TO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural.

Professora Orientadora: Dra. Eloísa Pereira Barroso

Brasília – DF

2015

Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP
Resolução Nº 1/ 2010/SEDUC/TO

Janice de Souza Valle
A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL PROFESSOR AUXILIAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA CIDADE DE PALMAS-TO – Brasília, 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador/a: Dra. Eloisa Pereira Barroso.

[Direitos Humanos; educação especial; educação especial na perspectiva da educação inclusiva]

Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP
Resolução Nº 1/ 2010/SEDUC/TO

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,

no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Janice de Souza Valle, intitulado A importância do profissional Professor Auxiliar nas Escolas Estaduais da cidade de Palmas-TO, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Dra. Eloísa Pereira Barroso - UNB

(Presidente)

Prof. Ms. Clerismar Aparecido Longo- UnB

(Examinador/a)

Brasília, novembro de 2015

Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP
Resolução Nº 1/ 2010/SEDUC/TO

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha Família linda, os quais me ensinam sempre...

RESUMO

Por mais que o tempo passe, as ações e a valorização das diferenças avancem, na pratica pedagógica ainda se vê presente a homogeneidade, a exclusão velada, a invisibilidade de alguns alunos e profissionais que atuam no âmbito da escola. Diante dessa situação não podemos deixar de fazer um chamamento para reflexões importantes sobre as atuais políticas públicas de inclusão no que se refere à educação, bem como atentar e buscar soluções para situações inacabadas que prejudicam e deixa a política de inclusão a mercê da boa vontade do poder público. Nesse sentido, em função das políticas públicas pensadas e colocadas em prática pelo Brasil, nas salas regulares das escolas públicas passamos a visualizar novos personagens, novas figuras, novos formatos de atendimentos e novos profissionais. E entre estes se faz presente a figura do Professor Auxiliar. A necessidade desse profissional surge em virtude dos atendimentos pedagógicos oferecidos aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas regulares das escolas públicas.

Palavras-chave: professor auxiliar. educação inclusiva. trabalho colaborativo.

ABSTRACT

No matter how much time passes, the actions and appreciation of differences to advance in educational practices still see this homogeneity, the veiled exclusion, invisibility of some students and professionals working in schools. Faced with this situation we can not fail to make an appeal to important reflections on current public policies of inclusion with regard to education, as well as pay attention and seek solutions for unfinished situations that harm and makes the inclusion of policy to the goodwill of public Power. In this sense, in relation to public policies designed and put into practice by Brazil in regular rooms in public schools spent viewing new characters, new faces, new formats and new care professionals. And among these is present the figure of Assistant Professor. The need for this arises because of the professional pedagogical care offered to students with disabilities, pervasive developmental disorder and high ability / giftedness in regular rooms in public schools.

Keywords: assistant professor. inclusive education. collaborative work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 07
2. CAPITULO 01 A Importância do Professor Auxiliar na Sala de Aula Regular.....13
3. CAPITULO 02 O professor auxiliar no espaço da sala de aula.....18
4. CAPITULO 03 Professor Auxiliar: Um Profissional ainda em Construção?....24
5. REFERENCIAS 43

INTRODUÇÃO

Por mais que o tempo passe, as ações e a valorização das diferenças avancem, na pratica pedagógica ainda se vê presente a homogeneidade, a exclusão velada, a invisibilidade de alguns alunos e profissionais que atuam no âmbito da escola. Diante dessa situação não podemos deixar de fazer um chamamento para reflexões importantes sobre as atuais políticas públicas de inclusão no que se refere a educação, bem como atentar e buscar soluções para situações inacabadas que prejudicam e deixa a política de inclusão a mercê da boa vontade do poder público.

Nesse sentido, em função das políticas públicas pensadas e colocadas em prática pelo Brasil, nas salas regulares das escolas públicas passamos a visualizar novos personagens, novas figuras, novos formatos de atendimentos e novos profissionais. E entre estes se faz presente a figura do Professor Auxiliar.

A necessidade desse profissional surge em virtude dos atendimentos pedagógicos oferecidos aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas regulares das escolas públicas. A inclusão do professor auxiliar segue o que preceitua a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), promulgada no Brasil com status de emenda constitucional por meio do Decreto 6.949/2009, que ressalta a necessidade de garantir o acesso e a permanência com sucesso na escola desse grupo, como preceituado nos Arts. 206 e 208 da Constituição Federal. Em função dessas e outras determinações legais, as unidades escolares precisaram buscar se adequar as especificidades dos novos alunos e repensar o formato de atendimento oferecido até então, pois, a Inclusão implica “na transformação de relações sociais estabelecidas e sedimentadas entre grupos humanos” (GLAT, 1995, p. 17), valorizando em primeiro lugar a diversidade.

É sob esse enfoque, diante desse novo, mas, não tão novo assim, como podemos verificar pela história e, conseqüentemente, das mudanças necessárias para o cumprimento das determinações legais pensadas, um novo profissional, o professor auxiliar passa a fazer parte das bases legais e das mudanças a serem oferecidas para que seja resguardado o direito a Educação para Todos incluindo, nessa perspectiva os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, pois, ainda que bases legais tenham sido

elaboradas para a garantia desses direitos a nível nacional, estadual e municipal, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva se faz e se cumpre, apenas parcialmente.

Assim, a pesquisa pensada, passou a se concretizar em função dos desafios enfrentados pelas escolas, profissionais, alunos, famílias e mais especificamente, o próprio professor auxiliar cotidianamente frente à política publica de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A falta de clareza e entendimento da função da figura do professor auxiliar/atendente/cuidador/monitor/professor de apoio permanente/bidocente, tanto por parte da equipe da unidade escolar, quanto pelo próprio professor, dificulta a validação do seu papel junto ao aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a família de seu aluno e a comunidade onde está inserido, ficando este, vulnerável a situações de acordo como é visto pelos que o rodeiam.

O professor auxiliar, mais do que “auxiliar” o aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação assiste ao professor na sua prática cotidiana no que se refere ao ensino regular. Ele tem a função de contribuir, agregar, complementar, favorecer, facilitar e, sobretudo, buscar um espaço de confiança entre ele, o aluno por ele auxiliado, os demais alunos, e o professor regente, com vistas a um melhor desenvolvimento pedagógico dos alunos. Conforme evidenciado por (BEYER, (2005, pag. 31), havendo classes com alunos onde a forma de aprendizagem não é díspar, a presença de um professor, o professor regente, seria suficiente, pois, todos os alunos, em função dos objetivos, conseguiriam ter atendido as suas especificidades. Porém, em salas inclusivas os objetivos referentes ao processo ensino aprendizagem necessitam de um segundo professor, nesse caso, o professor auxiliar. Nesse quadro exposto verifica-se a necessidade da bidocência, a qual seria exercida pelo professor regente e pelo professor auxiliar respectivamente.

Vemos assim que, a atuação colaborativa baseada em confiança entre esses dois profissionais e em prol do aluno, independentemente deste, ser ou não público alvo da educação especial, é tudo o que se precisa para dirimir situações de exclusões e uma atenção mais direcionada e concreta, aos alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em salas regulares, sem esta, caracterizar exclusão.

Porém, o que se observa nem sempre é a colaboração entre esses dois profissionais, professor regente e professor auxiliar, refletindo grandemente no resultado esperado, a partir da perspectiva da inclusão total, o qual é a promoção efetiva do direito de todos a educação, como preceitua a nossa Carta Magna, a Constituição Federal em seu Art. 205 e 208, a LDB, respectivamente.

O estudo sobre essa problemática no contexto proposto justifica-se, inicialmente, pela preocupação da pesquisadora, desde o momento em que esse profissional teve "assegurado" a sua função via documentos legais, sendo estes, a Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP e a Resolução Nº 1 de 14 de janeiro de 2010 do Estado do Tocantins, e a observância na prática, de que a sua efetivação dá-se de forma a não garantir o direito como preconizado por documentos legais, uma vez que não deixa claro como se dará essa função.

Assim, buscar analisar a importância do trabalho desenvolvido por esse profissional, é que se propõem como campo de pesquisa as salas de aulas que buscam tornarem-se inclusivas frente ao desconhecimento, à confusão de papeis e a indefinição de quem é esse profissional e suas atribuições, na política de garantia de direitos do cidadão que dele necessitar, frente as suas especificidades, sendo este, a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O que se confirma diante da inexistência de Portarias, Instrução Normativa ou qualquer outro documento que oriente sobre a contratação ou ainda, a existência de critérios definidos para contratação ou encaminhamento dos profissionais para o desempenho da função de professor auxiliar.

Sabemos que a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pressupõe mudanças de atitudes, visões, ressignificações, pesquisas e reflexões sobre os indivíduos a serem beneficiados pela política colocada em ação e todos os envolvidos no processo e o professor auxiliar e suas demais denominações/nomeações/contratações, sua importância, não ficam a margem da discussão/reflexão necessária.

Portanto, o presente estudo, tem como objetivo geral investigar sobre a importância do profissional Professor Auxiliar nas escolas estaduais da cidade de

Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP
Resolução Nº 1/ 2010/SEDUC/TO

Palmas - TO para o desenvolvimento das políticas públicas, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Diante do objetivo aqui estabelecido surgem as seguintes questões para esta pesquisa, quais sejam:

- Qual a importância do Professor Auxiliar no processo ensino aprendizagem, na sala de aula regular em que, alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são/estão incluídos?
- Existe a previsão deste cargo na legislação brasileira que regulamente a inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação?
- Como esses profissionais se vêem no processo ensino-aprendizagem?

Com o intuito de responder as questões interpostas, o estudo em tela se fará mediante pesquisa em dez escolas jurisdicionadas à Diretoria Regional de Educação de Palmas-DRE/Palmas, Município de Palmas, as quais estão buscando tornarem-se escolas inclusivas, ou seja, possuem alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em salas regulares e possuem a figura do professor auxiliar para acompanhá-los em suas especificidades e como sujeitos. Procuraremos através de entrevistas semi-estruturada conhecermos a história da trajetória desses profissionais e as relações estabelecidas por eles no processo espaço educacional.

Assim, a perspectiva metodológica procura se estruturar em uma abordagem qualitativa, na qual as múltiplas realidades encontradas no universo pertinente às 10 escolas serão analisadas a luz de reflexões teóricas fundamentados em livros, artigos resoluções considerando, sobretudo os pontos de vistas dos sujeitos participantes, bem como nas informações coletadas mediante o projeto de intervenção, observação sistematizada, diálogos e entrevistas com os professores auxiliares nas escolas estaduais da cidade de Palmas-TO.

Compreender os princípios norteadores da Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva buscando a articulação destes, com a dinâmica das relações de trabalho nas unidades escolares a partir do projeto interventivo poderá possibilitar mecanismos de reflexão sobre as atribuições do professor auxiliar na criação de espaços de conversação, afeto, confiança e apoio

pedagógico para um melhor desempenho de sua função. Assim, esta pesquisa será estruturada em três capítulos.

No primeiro capitulo será apresentada uma contextualização sobre a importância do Professor Auxiliar na sala de aula regular que possui aluno, seja ele com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação nas escolas estaduais de Palmas/TO, descrevendo aí a realidade das instituições envolvidas nas ações interventivas.

No segundo capítulo procuraremos tecer uma descrição detalhada sobre a pesquisa e das ações interventivas propostas e suas respectivas justificativas pedagógicas no contexto da discussão sobre direitos humanos, bem como abordar a perspectiva conceitual que sustentará o processo de análise dos dados coletados.

No terceiro capítulo serão construídas as análises das ações interventivas e dos resultados obtidos a partir das entrevistas, o intuito aqui será abordar a guisa da educação em direitos humanos como o professor auxiliar se coloca no processo ensino-aprendizagem, bem como, sugestões e direções para estudos futuros.

Acredita-se que, com esse estudo será possível evidenciar a importância do professor auxiliar e fornecer subsídios para a compreensão e mudança de atitudes frente a esse profissional/professor, compreendendo os aspectos políticos que norteiam o seu papel, favorecendo a delimitação de seu espaço de trabalho, auxiliando na definição de suas funções, áreas de atuação e atribuições buscando e validando seu espaço de trabalho como profissional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

CAPITULO 1

A Importância do Professor Auxiliar na Sala de Aula Regular

O objetivo deste capítulo é apresentar a contextualização sobre a importância do Professor Auxiliar na sala de aula regular que possui aluno, seja ele com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação nas escolas estaduais de Palmas/TO, descrevendo a realidade das instituições envolvidas nas ações interventivas.

A cidade de Palmas, local onde será desenvolvida a pesquisa em questão, é a capital mais jovem do País. Ela foi inaugurada em 20 de maio de 1998 e está cravada na exuberante paisagem do cerrado, no coração do Brasil, com uma área de 2.219 km², uma população de 1.515.126 mil habitantes, ela é a cidade mais populosa do Estado do Tocantins. É conhecida como a Capital das Oportunidades. Esta máxima se ancora em um projeto de desenvolvimento sustentável onde o meio ambiente e homem estão no centro de estudo.

A cidade é dotada de um ecossistema de grande beleza cênica com parques urbanos, jardins e áreas verdes estrategicamente projetadas. Sob os anseios de um povo que buscava um novo lugar para morar e construir sua família criou-se uma cidade de braços abertos para todos que chegam para trabalhar e viver. Essa gente é a força que alavanca a cidade, dona de uma rica diversidade cultural, que a cada dia recebe mais infra-estrutura e diversifica seus serviços. A Capital do Tocantins, Palmas, é a última cidade brasileira planejada do século 20. Possui uma arquitetura arrojada, com avenidas largas, dotadas de completo trabalho paisagístico e divisão urbanística caracterizada por grandes quadras comerciais e residenciais. Essa é a Palmas/TO.

A cidade de Palmas possui 28 Unidades Escolares, sendo 04 Centros de ensino Médio, 04 Escolas Estadual Girassol de Tempo Integral, 01 Centro de Atenção à Criança Girassol de Tempo Integral, 02 Colégio Militar, 05 Colégio Estadual, 10 Escolas Estaduais, 03 Escolas do Sistema Prisional e 03 Escolas Conveniadas. A Rede Pública Estadual de Educação de Palmas tem 14.034 alunos, sendo, 2.335 matriculados no Ensino Fundamental (SGE/TO/2015), 11.699 matriculados no Ensino Médio (SGE/TO/2015) e desse total, 356 alunos apresentam

alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação e encontram-se matriculados no ensino regular.

As famílias desses alunos ao procurar a unidade escolar para matricular o filho são prontamente atendidas e tem seus filhos matriculados sem exigência de laudo médico, conforme Nota Técnica Nº 24, SICADI/2013, a qual diz, "... por isso, não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário".

O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico. Dessa forma, recebem o atendimento educacional especializado/AEE no contra-turno, busca-se fortalecer a rede de apoio que é insignificante e muito necessária ao apoio a inclusão e, quando necessário, faz-se encaminhamentos clínicos e paramédicos. É importante ressaltar que na sala de recursos os professores constroem o Plano de Atendimento Educacional Especializado/AEE, o qual tem valor como laudo pedagógico diante de situações em que o laudo é exigido.

Ressalta-se, ainda que, as classes especiais no Estado do Tocantins foram extintas, buscando-se incluir a todos em conformidade com a lei. Porém, a existência da Associação de Pais e Amigos da APAE como Escola Especial APAE, a qual matricula os casos dos alunos com maiores comprometimentos em função dos convênios existentes e diante dos medos das famílias em incluir seu filho na rede regular de ensino, muitas vezes em razão do desconhecimento dos benefícios da inclusão, esta organização de trabalho tem recebido críticas, conforme (FONTES, 2005, pag.73), por se configurar como uma proposta de classe especial dentro de uma Rede que postula não possuir serviços educacionais especializados, como classes ou escolas especiais.

Assim, ainda, observa-se uma ambigüidade no discurso, pois ao mesmo tempo em que propõe o atendimento na rede regular de ensino, delega-se também essa função e responsabilidade as instituições de caráter privado, através da garantia de apoio e recurso financeiro. Com isso, se pode perceber que desde o início a educação especial brasileira não é assumida diretamente pelo estado, tomando como característica o caráter assistencial e filantrópico por ser assumida pelas instituições especiais de ensino, no qual desenvolve atividades voltadas mais a higienização e adequação social do que de caráter pedagógico.

Ainda assim, buscando cumprir e de acordo com o que preceitua os documentos existentes sobre educação inclusiva a Rede Estadual de Educação de Palmas oferece Programas e Projetos, voltados para a inclusão dos alunos, constituindo esses, oferta obrigatória pelos sistemas de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, devendo constar no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas e nos custos gerais da manutenção e do desenvolvimento do ensino, (nota técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE), como, Sala de Recursos Multifuncional, sendo esta, ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado, (Decreto nº 6.571, 2008) e, sendo oferecido o Atendimento Educacional Especializado/AEE, conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2008), em 11 unidades escolares na capital e em 07 unidades escolares do interior. Outro diferencial é a disponibilização do Professor Interprete, o qual é o profissional que, "... é entendido como aquele que viabiliza o acesso do surdo ao conhecimento na escola, ou seja, atribui-se a ele uma função instrumental" (SOUZA, 2007) e o professor de Apoio/Auxiliar/bidocência, o qual se encontra lotado em quase todas as unidades escolares.

Na sua maioria os professores auxiliares são contratados para exercer a função de apoio numa determinada escola atuando diretamente com o aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação através de acompanhamento pedagógico diário, em função de uma maior procura pelas unidades escolares por esse profissional, o que confirma haver tido aumento na matricula de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, conforme constante no documento "orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva/2015" e segundo levantamento realizado pelo SGE/2015- DRE/Palmas.

Na Rede Pública Estadual de Palmas, o acompanhamento das ações pedagógicas junto aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação está sob a responsabilidade de duas Técnicas de Educação Especial as quais estão lotadas no Setor de Projetos Educacionais da Diretoria Regional de Educação de Palmas/DRE-Palmas estando as mesmas vinculadas a Gerencia de Educação Especial/SEDUC-TO, tendo como objetivos o

acompanhamento, orientação, formação dos professores de apoio/auxiliares e da sala de recursos.

A Gerência de Educação Especial/SEDUC-TO é responsável pela elaboração de políticas públicas e implementação de diretrizes pedagógicas em educação inclusiva. Tendo sido em função da lotação como Técnica de educação especial, o fato de compartilhar com os professores auxiliares e os demais profissionais da educação especial os anseios, desafios e sonhos é que optei pela pesquisa na Rede Estadual de Educação de Palmas/TO.

É importante ressaltar que, a Resolução a qual ampara a presença do profissional para acompanhar o aluno em sala regular nas suas dificuldades no Estado do Tocantins, é a Resolução Nº 1 de 14 de janeiro de 2010. Esta foi elaborada com base na Resolução Nº 4/2008, porém o real início de atuação desse profissional só deu-se a partir de 2013 quando as escolas começaram muito timidamente a solicitar tal profissional diante dos desafios que é fazer a inclusão total, saltando de 09 professores auxiliares em 2013 para 50 em 2015. Porém, mesmo que, tudo leva a consolidar que a escola regular é o lugar ideal para onde TODOS devam ir, ali também se exclui, segrega e deixam a parte, os alunos que ali não se enquadram. Assim, surge então, a educação inclusiva, que se configura como,

> ... um processo de construção de um novo tipo de sociedade que se transforma desde a arquitetura universal, passando por sistemas sociais como o lazer, o esporte, a educação, os transportes, etc., até a eliminação de barreiras atitudinais, a fim de reconhecer os direitos à igualdade da pessoa com deficiência)", este "... fixa-se na aceitação das diferenças, e não em sua modificação, considerando os apoios e suportes oferecidos pelo ambiente como fatores capazes de melhorar as condições de vida da pessoa". E o professor auxiliar é um dos apoios/suportes pensados para apoiar os alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação e, os demais alunos matriculados na rede regular, conforme indicado pela bidocência, diante dos

> desafios que circundam a política de educação especial na perspectiva de educação inclusiva, (FONTES, 2007, pag. 32 e 35).

Assim, aqui versaremos sobre a contextualização do profissional auxiliar no espaço escola. Importante é que esse espaço ideal seja conforme Pullino registra, “Uma escola em que cada um é respeitado em sua singularidade (Cada um é de um jeito), forjada nas relações sócio afetivas e, por isso mesmo, comprometido com as decisões coletivas, de que participa. Uma comunidade escolar em que todos são iguais em direitos e diferentes de fato. ... dando um golpe na pretensão de homogeneização da sociedade de consumo!

Na política de inclusão, à sociedade cabe promover as condições de acessibilidade necessárias a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional e observar o professor nessa contextualização é importante e necessário. Assim, diante da importância do professor auxiliar percebe-se que o mesmo tem um papel essencial frente à política pública de inclusão pressupondo ser confiável, responsável, comprometido e desenvolvimento de competências para estar habilitado diante dos desafios que estão presentes no espaço escola onde irá exercer sua função, a qual sem discussão é desafiador.

CAPÍTULO 02

O professor auxiliar no espaço da sala de aula

Quando se fala em educação inclusiva, mais especificamente, nas inquietações que essa política pública suscita, podemos perceber que nos encontramos em um momento histórico, de muita sensibilidade e vulnerabilidade no que tange ao projeto de educação inclusiva. A sensação é de descompasso entre o surgimento e a formalização da política educacional nacional para os alunos ditos com necessidade educacionais especiais e a realidade educacional. As escolas, em sua maioria, se encontram, ainda, em situação incipiente diante desse projeto, (BEYER, 2013, pag. 8). Em relação às questões concernentes ao professor auxiliar não chega a ser diferente. As atribuições/funções desse profissional, o professor auxiliar, envolve um aglomerado de necessidades importantes para o seu entendimento e para que se efetive e se reconheça concretamente a importância e as contribuições no desempenho do seu papel, principalmente no apoio ao professor do ensino regular, vindo favorecer o acesso e a permanência com sucesso do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

Assim, pensando o profissional, professor auxiliar, como peça importante para a efetivação da educação inclusiva frente à realidade do dia-a-dia da sala de aula regular junto ao aluno com ou sem deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, como se dá a sua atuação e sua prática no espaço escolar, vislumbramos a sua importância e a sua necessidade. Para que esse vislumbre se transforme em algo concreto, real, é importante conhecer como sua pratica se estabelece, como esta se efetiva e como se pode modificá-la em prol da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e para o favorecimento dessa compreensão buscamos autores que compreendem a pratica de ensino como um processo passível de mudanças constantemente e de acordo com o contexto sócio-político-cultural em que este é inserido.

Vemos que, a presença de um segundo adulto na sala de aula é uma experiência nova para a maioria dos professores nas escolas regulares e para a qual esses profissionais talvez não estejam preparados... pode ser, no mínimo desconcertante, cria desequilíbrio para o professor e, na pior das hipóteses, torna-se

uma ameaça permanente para a sua autonomia (CUNHA & SIEBERT, 2009, pag. 2156 . Esta visão se concretiza quando o professor auxiliar adentra as salas de aulas regulares e as questões com relação as suas funções começam, como, “Quem vai planejar para o aluno? Qual será o meu papel, professor da sala regular, diante dele? O que fazer quando o professor dele, não vier?”... As idéias de Mittler vêm completar as de Beyer, quando este diz que:

> [...] tal atendimento jamais deve concentrar-se explicitamente sobre a criança com necessidades especiais, porém os educadores com atuação pedagógica especializada devem trabalhar sempre no contexto do grupo, procurando também atender necessidades eventuais que os demais alunos possam demonstrar. Com isto, se estará evitando o sempre possível processo de segregação do aluno especial e se estará fugindo de uma pratica docente orientada por uma abordagem terapêutica (BEYER, 2013, pag.33).

Assim, diante solicitação da elaboração de uma Proposta de Intervenção como atividade avaliativa do modulo 12 do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural e como minha função é técnica de educação especial na DRE/Palmas e uma das minhas atribuições é acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos professores de sala de recursos, professor auxiliar e professor interprete no desempenho de suas funções, isso favoreceu a minha escolha em investigar a importância do professor auxiliar na sala regular diante dos desafios a que este profissional se vê exposto rotineiramente.

Dessa forma, a proposta de intervenção elaborada em um primeiro momento em função da falta de clareza e entendimento das atribuições do professor auxiliar/atendente/cuidador/monitor/bidocente, tanto por parte da equipe da unidade escolar, quanto pelo próprio professor e que dificulta a validação do seu papel junto ao aluno com ou sem deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a família de seu aluno e a comunidade onde está inserido, deixando-o vulnerável a diversas situações, de acordo como é visto pelos que o rodeiam. Ou seja, é preciso que se investigue a importância deste profissional diante do público escolar e comunidade em que está inserido para que as confusões

e as distorções existentes deixem de ser empecilhos para a validação do profissional professor auxiliar.

Assim, as ações pensadas para contemplar os objetivos propostos no projeto de intervenção estão em consonância com a visão da pesquisadora e compreende em um primeiro momento realizar um breve histórico da educação especial na Perspectiva da educação inclusiva. Acredita-se que, com esse estudo se conseguira evidenciar a importância do professor auxiliar e fornecer subsídios para a compreensão e mudança de atitudes frente a esse profissional/professor, compreendendo os aspectos políticos que norteiam o seu papel, favorecendo a delimitação de seu espaço de trabalho auxiliando na definição de suas funções, áreas de atuação e atribuições buscando e validando seu espaço de trabalho como profissional da educação especial na perspectiva inclusiva.

Para a organização da presente pesquisa e a efetivação do projeto interventivo pensou-se em quatro momentos, sendo estes, um breve histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, refletindo sobre os desafios da política de inclusão no espaço escola, espaço esse, sujeito a transformações que requer postura ética diante dessas mesmas transformações.

Em um segundo momento foi organizado uma Oficina de Sensibilização/Conscientização/Construção onde os profissionais na dimensão de atividade coletiva, em um processo colaborativo e de grupo, refletiu e através de um dialogo coletivo se sensibilizou, tomaram consciência e juntos/as construíram as Atribuições do Profissional Auxiliar/Monitor/Acompanhante/Cuidador, buscando através das ações propostas que o professor auxiliar se apropriasse do seu papel frente aos seus alunos, espaço escola, comunidade e sociedade.

Em um terceiro momento buscou-se analisar as políticas publicas para a educação especial na perspectiva inclusiva nos âmbitos, nacional e a do Estado do Tocantins e em um quarto momento a pesquisa de campo, a qual foi realizada com a participação do grupo de professores auxiliares da rede estadual do Estado, sendo 10 (dez) professores, 5 (cinco) efetivos e 5 (cinco) contratados, de 10 escolas estaduais do município de Palmas – TO, estes, alguns com formação na área da educação, porém, sem formação na função desempenhada, a de professor auxiliar.

O projeto de intervenção sofreu algumas alterações no desenvolvimento das ações em função das interveniências ocorridas, porém, o porquê da sua efetivação

permaneceu em função dos objetivos traçados, os quais foram, investigar sobre a importância do Professor Auxiliar nas escolas estaduais da cidade de Palmas-TO para o desenvolvimento das políticas públicas, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, compreender os princípios norteadores da Política Publica de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva buscando articulação destes com a dinâmica das relações de trabalho nas unidades escolares, possibilitar mecanismos de reflexão sobre as atribuições do professor auxiliar, criando espaços de conversação, afeto, confiança e apoio pedagógico para um melhor desempenho de sua função, elaborando coletivamente, as Atribuições do Professor Auxiliar, entre, ele, Técnica de Educação Especial e pesquisadora, verificar, via entrevista semi-estruturada, a importância do professor auxiliar para a família, para o aluno, para a equipe pedagógica e para o próprio professor auxiliar e contribuir para o reconhecimento do profissional professor auxiliar no desenvolvimento de suas funções no espaço escola, sendo que, apenas o terceiro objetivo especifico sofreu alteração em função do tempo e outros, ficando assim especificado, verificar, via entrevista semi-estruturada, a importância do professor auxiliar segundo a visão do próprio professor auxiliar, uma vez que este profissional, na sua ação, se percebe à parte do processo, excluído, desconhecendo muitas vezes a sua função e as suas atribuições diante do aluno e do professor da sala regular, bem como, diante da confusão de papeis e a indefinição de quem é, o profissional professor auxiliar.

Assim, a busca sobre quem é o professor auxiliar e a sua importância diante do outro e da política publica inclusiva, levou-nos a considerar esse segundo professor, aquele que irá apoiar o professor, a figura principal, o professor da sala regular. Porém, segundo a visão dos estudiosos da área ainda precisa-se estudos mais consistentes sobre esse novo profissional.

Como os educadores especializados dedicam-se a todos os alunos da classe inclusiva, não há um atendimento exclusivo dos alunos com necessidades especiais. Embora a intenção seja o atendimento pedagógico dos alunos que apresentam necessidades diferenciadas no processo de aprendizagem, esses professores buscam não limitar suas atividades aos mesmos, principalmente para evitar processos de estigmatização, (BEYER, 2013, pag.39).

Aqui, podemos verificar mais uma das confusões que ronda a figura do professor auxiliar, que é a de que este deve apoiar o aluno com deficiência,

transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, durante as atividades da sala de aula, simultaneamente, ficando este a mercê do aluno com necessidades especiais, no momento atual, acabando por fortalecer a exclusão e não favorecendo o atendimento inclusivo.

O professor auxiliar acaba ficando à parte do processo e com isso fortalece a exclusão ao invés de possibilitar o enfrentamento a mesma. E vamos mais além, pois, a visão que se tem desse profissional ainda se confunde com o professor de apoio, o qual também é disponibilizado pela Resolução nº 1 de 14 de janeiro de 2010, tornando a disponibilização de ambos, um "nó' a ser desatado urgentemente, pois, uma educação especial que queira, igualmente, ser uma educação integral dos alunos com necessidades educacionais não se legitima pela criação de espaços segregados, porém pela promoção do intercâmbio entre os alunos e o grupo social, (BEYER, 2005, pag. 35), pensar dessa forma é uma necessidade premente.

É preciso realçar que a ação pedagógica especializada nas classes inclusivas é conduzida no contexto institucional da escola, e não individualmente, como se tratasse de uma pratica clínico-terapêutica. Tais ações (do professor auxiliar...) são desenvolvidas no contexto de sala de aula com todos os alunos, com intervenção mais intensa, porém, com os alunos com necessidades especiais (BEYER, 2013, pag. 41). Como se vê, é muito interessante partir da premissa de dois profissionais em sala de aula regular, visualizando aí, as vantagens dessa nova figura, o professor auxiliar, uma vez que no novo paradigma, uma classe inclusiva é constituída por grupos heterogêneos de estudantes, onde todos se diferenciam, tanto nas capacidades quanto nas necessidades e, caso essa classe seja atendida apenas por um professor, ele conseguira realizar a individualização do ensino com dificuldade (Beyer,2013).

Interessante também é poder visualizar a diferenciação entre o professor auxiliar e professor de apoio que, de acordo com documento citado, este atuará como apoio à locomoção, à alimentação e higiene o que na pratica, não está sendo cumprido, dificultando e muito a atuação de ambos, pois, não há em alguns casos a diferenciação desses profissionais, acontecendo ai, a confusão de papeis e de atuação. Assim, as inquietações em torno da figura do professor auxiliar são enormes e percebe-se certo descompasso entre a proposta legal e a pratica desse professor na sala regular.

Resolução Nº 4/2008/ MEC/SEESP
Resolução Nº 1/ 2010/SEDUC/TO

Como Fontes aponta, “não há dúvidas de que as legislações e as políticas públicas educacionais pró-inclusivas no Brasil, quando analisadas nos últimos quinze anos, apresentaram avanços. Todavia, ainda persiste a distância entre o que pregam os dispositivos legais e o que acontece nas práticas cotidianas das salas de aula. O resultado é a vulnerabilidade de ações educacionais inclusivas ainda muito pontuais e descontinuais nos diferentes sistemas de ensino. Daí a importância de pesquisas que discutam como as políticas educacionais de inclusão estão sendo implementadas no interior das escolas brasileiras, (FONTES, 2007, pag. 37). O que nos leva a considerar a necessidade de revisão dos documentos os quais norteiam o atendimento em educação especial na perspectiva da educação inclusiva, uma vez que estas foram pensadas no âmbito da educação especial, e segundo Mazzota, “é no contexto da educação especial geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a política de educação especial”. Não nos esquecendo que, os discursos da educação para todos e da escola inclusiva ocorrem num contexto de exclusão social ampliada, o que aumenta os desafios para assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais em nosso pais, (FONTES, 2007, pag. 37).

Este novo momento da educação especial nos leva a validar que, não é fácil construir uma escola inclusiva numa sociedade excludente como a nossa, Fontes (2007). É necessário uma serie de aparatos legais e pedagógicos os quais farão valer a presença do professor auxiliar na visão da educação inclusiva, perpassando pela questão da formação dos professores, estes não só da educação especial, mas, ampliando para além destes, os professores da rede regular de ensino, os quais atuam frente a proposta inclusiva com uma certa resistência em função das precárias condições de trabalho. Ainda há que se considerar nesse quadro a falta de formação para atuar com a diversidade. Diante desse quadro é preciso buscar uma forma dos professores apropriarem-se dos novos saberes no sentido de torná-los cientes da complexidade do processo de inclusão.

As formações voltadas para a inclusão escolar tem sido alvo constantes de críticas por não atenderem as necessidades dos docentes e muito menos das necessidades dos alunos. Uma análise geral dos estudos na área de formação de professores para a educação inclusiva mostra que na maioria dos cursos de formação continuada se dá de forma generalista. Nelas, não há a preocupação com

as questões postas pela inclusão de alunos com deficiência no espaço de sala de aula. Ainda são raras as formações continuada que estimulam práticas de pesquisa-intervenção, que coloquem o professor como produtor de conhecimento..., (FONTES,2007, pag.52).

Assim, pensar e efetivar a presença do profissional professor auxiliar no âmbito da sala regular, como apoio ao professor regente requer mudanças efetivas, de ações e da parte legal que ampara a sua presença no espaço de sala regular no atendimento ao aluno com ou sem deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. E isso é possível sim, uma vez que podemos verificar a sua importância na sala de aula e no espaço escola. Espaço esse ideal para fortalecimento das relações e efetivação dos direitos humanos.

CAPITULO 3

Professor Auxiliar: Um Profissional ainda em Construção?

A educação escolar brasileira como podemos verificar até aqui, encontra-se diante de um enfrentamento a um momento muito difícil a ser superado urgentemente. Sendo este, um dos maiores obstáculos a ser vencido para que seja efetivada a educação especial na perspectiva da educação inclusiva ou inclusão total. Infelizmente, esta se encontra frente a diversos desafios, como,

> ... o abismo que se interpõe entre as palavras, o discurso, os fatos e as atitudes. Se um sistema educacional pretende garantir esse direito, o primeiro passo deve ser sempre praticá-lo. Não há educação para todos sem um compromisso social de torná-la realidade, nem é a mera convicção teórica que faz que um direito seja respeitado. Seu cumprimento se dá no dia-a-dia, em nossa maneira de agir e de conquistar espaços democráticos, em que a vida pessoal e coletiva se expressa plenamente na liberdade, na solidariedade e na participação cidadã, (MANTOAN, (2009, pag.11).

Assim, pensando nos desafios a serem enfrentados pela educação brasileira hoje, é que o início das ações referentes à pesquisa em questão começou a ser comunicada a equipe pedagógica, ainda que de forma incipiente, em fevereiro/2015 quando foi solicitada a construção de uma Proposta de Intervenção como atividade avaliativa do modulo 12 do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Logo após, começou-se a elaborar a autorização oficial, (Anexo I), e conversando com a Diretora Regional de Educação de Palmas, ficou acordado que iríamos enviar o documento para a mesma e anexaríamos a nossa proposta de pesquisa.

Deve-se registrar que a escolha das 10 escolas jurisdicionadas à Diretoria Regional de Educação de Palmas-DRE/Palmas, Município de Palmas, não foi feita aleatoriamente, tendo sido pensado alguns critérios, os quais foram elencados para a sua seleção, como: escolas estaduais localizadas em Palmas-TO, escolas as quais estão buscando tornarem-se escolas inclusivas, ou seja, possuem alunos com ou sem deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação matriculados em salas regulares, escolas que possuem a figura do professor auxiliar para acompanhá-los em suas especificidades e como sujeitos.

Quadro 1 - Estrutura das escolas a serem pesquisadas, as quais serão identificadas pelos números de 01 a 10, respectivamente:

Ordem	Identificação das escolas	Quanto ao aspecto físico	Quanto a equipe docente e técnico pedagógica
01	Escola 01	A Escola Estadual atende do pré-escolar a 4ª Série do Ensino Fundamental, nos horários matutino e vespertino. Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, atendendo a necessidade da comunidade local, contando com 461 (quatrocentos e sessenta e um) alunos distribuídos em 16 (dezesseis) turmas do ensino regular, tendo como pontos fortes para a escola: sua localização que é de fácil acesso a comunidade, a estrutura física, que embora sendo uma escola pequena possui 11 (onze) salas de aulas arejadas, amplas e climatizadas, funcionando 01 sala de recursos com 02 professoras lotada com 20hs.	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 01 Coordenação de Curso:02 Secretaria: 01 Total de professores: 24 Total de funcionários administrativos: 26

02	Escola 02	A Escola Estadual está localizada na cidade de Palmas - TO. Oferece a população escolar os níveis, Ensino Fundamental (3º ao 9º anos) e Ensino Médio (1ª a 3ª séries). Possui 363 alunos matriculados. Seu espaço físico é pequeno, porém, aconchegante, possuindo salas que atende a demanda que necessita.	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 01 Coordenação de Curso:00 Secretaria: 02 Total de professores: 21 Total de funcionários administrativos: 16
03	Escola 03	O Centro de Ensino Médio é uma escola pública que busca referência em qualidade de educação em Palmas e funciona nos três turnos, atendendo as modalidades de Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos – 3º Segmento e atende 2.062 alunos. O seu espaço físico é excelente atendendo todas as demandas necessárias.	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 02 Coordenação de Curso:06 Secretaria: 04 Total de professores: 62 Total de funcionários administrativos: 42
04	Escola 04	O Centro de Ensino Médio localiza-se em Palmas, o seu espaço físico atende aos quesitos mínimos, pois, possui salas de aula	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 02 Coordenação de Curso:0

		ampla e ventiladas, banheiros, quadra de esporte coberta, laboratório de informática, biblioteca e espaço administrativo adequado, sendo necessária a implantação de laboratórios de física, química e biologia para atender a demanda do Ensino Médio, o qual é o seu publico alvo.	3 Secretaria: 01 Total de professores: 30 Total de funcionários administrativos: 85
05	Escola 05	O Centro atende em regime de Tempo Integral do 1º ao 9º ano. A Unidade Escolar possui uma quadra poliesportiva, quadra de areia, campo de futebol, biblioteca, auditório, dois laboratórios de Informática, laboratório de ciências, 31 salas de aulas, além de diversas salas para o apoio técnico-pedagógico-administrativo. A escola possui também duas salas de recursos para atender os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, ambas funcionando e	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 02 Coordenação de Curso:0 3 Secretaria: 03 Total de professores: 44 Total de funcionários administrativos: 44

		atendendo a comunidade escolar e local.	
06	Escola 06	A Escola é escola de Tempo Integral da Rede Estadual de ensino que oferece os seguintes níveis de ensino do 6º ao 9º ano e Ensino Médio Básico, com 463 alunos matriculados. Possui 10 salas de aula, 01 sala de educação musical, 01 sala de dança, 01 sala p/ artes marciais, 01 sala para professores, 01 sala para direção, 01 sala para secretaria, 01 sala para coordenação pedagógica, 01 sala para coordenação e outros, com espaço adequados para efetivação de ações voltadas para o pedagógico.	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 01 Coordenação de Curso:02 Secretaria: 02 Total de professores: 14 Total de funcionários administrativos: 22
07	Escola 07	A Escola Estadual é uma escola da Rede Estadual de Ensino que oferece os seguintes níveis de ensino do 6º ao 9º ano e Ensino Médio Básico, com 949 alunos matriculados. Possui salas amplas e adequadas, atende em 04 salas de recursos os	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 02 Coordenação de Curso:03 Secretaria: 05 Total de professores: 29 Total de funcionários administrativos: 28

		alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	
08	Escola 08	A Escola Estadual esta situada no Centro de Palmas e oferece o Ensino Médio , com 1305 alunos matriculados. Possui 13 salas de aula espaçosas e que atendem muito bem as demandas, sendo 03 salas de recursos funcionando a contento com espaços adequados para o seu funcionamento.	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 03 Coordenação de Curso:04 Secretaria: 05 Total de professores: 60 Total de funcionários administrativos: 28
09	Escola 09	A Escola Estadual é uma escola pública da Rede Estadual de Ensino que oferece os níveis de ensino Fundamental do 4º ao 5º ano, Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, com 448 alunos matriculados. Possui 15 salas de aula, sendo 02 salas de recursos e espaço adequados para o atendimento as ações pedagógicas e outras, a serem desenvolvidas.	A Equipe pedagógica é composta por: Orientação Educacional: 01 Coordenação de Curso: 02 Secretaria: 01 Total de professores: 40 Total de funcionários administrativos: 02
10	Escola 10	O Colégio é uma escola pública da Rede Estadual	A Equipe pedagógica é composta por:

		de ensino que oferece Educação Básica de 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e o Curso Médio Básico e atende um total de 983 alunos, nos turnos: matutino, vespertino e noturno, sendo os níveis Fundamental (4º ao 5ºano) 54 - Fundamental (6º ao 9ºano) 193 - Ensino Médio Regular 459 169 108	Orientação Educacional: 03 Coordenação de Curso:09 Secretaria: 08 Total de professores: 39 Total de funcionários administrativos: 17

Fonte: Adaptado pela autora com base em Fontes (2007, p. 79)

Quadro 2- Perfil profissional dos professores envolvidos na pesquisa e considerando, os aspectos, idade, formação inicial, experiência docente, tempo de atuação e forma de disponibilização do profissional pela SEDUC/DRE-PALMAS:

ORDEM	IDENTIFICAÇÃO	IDADE	FORMAÇÃO	EXPERIENCIA	TEMPO DE ATUAÇÃO	FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO
01	Prof. Aux. 01	46 anos	Pedagogia	22 anos		EFETIVA
02	Prof. Aux. 02	22 anos	Gestão de Pessoas	08 meses	08 meses	CONTRATO
03	Prof. Aux. 03	25 anos	Licenciatura em Educação Física	08 meses	08 meses	CONTRATO
04	Prof. Aux. 04	54	Pedagogi	2 anos	08	CONTRATO

		anos	a		meses	
05	Prof. Aux. 05	45 anos	Pedagogia	27 anos	03 anos	EFETIVA
06	Prof. Aux. 06	41 anos	Ensino Médio e Ciências Contábeis	10 meses	10 meses	CONTRATO
07	Prof. Aux. 07	45 anos	Pedagogia	29 anos	07 meses	EFETIVA
08	Prof. Aux. 08	20 anos	Enfermagem	08 meses	08 meses	CONTRATO
09	Prof. Aux. 09	45 anos	Pedagogia, Normal Superior e Pós-graduação	22 anos	02 anos e 1/2	EFETIVA
10	Prof. Aux. 10	57 anos	Magistério, Normal Superior e Pós-graduação em Historia e Geografia	31 anos	04 anos	EFETIVA

Fonte: Adaptado pela autora com base em Fontes (2007, p. 83)

Assim, a perspectiva metodológica procura se estruturar em uma abordagem qualitativa, na qual as múltiplas realidades encontradas no universo pertinente às 10 escolas foram analisadas a luz de reflexões teóricas fundamentados em livros, artigos resoluções considerando, sobretudo os pontos de vistas dos sujeitos participantes, bem como nas informações coletadas mediante o projeto de

intervenção, observação sistematizada, diálogos e entrevistas com os professores auxiliares nas escolas estaduais da cidade de Palmas - TO.

A revisão teórica da literatura envolvendo a situação problema estudada, ou seja, a discussão teórica deu-se em 2014, o que indica ter sido anterior ao inicio das ações da pesquisa. Assim, pesquisa engloba, então, dois desideratos entrelaçados: produzir conhecimento e formar melhor. O primeiro é instrumental atinge a qualidade formal do aluno, enquanto o segundo aposta na qualidade política. Em resumo: “educar pela pesquisa”, (DEMO, 1996, pag.14). Estes aspectos têm muito a ver com o que será registrado daqui para frente ao apresentar os instrumentos de pesquisas, pois, precisa-se um cuidado especial na obtenção dos dados da pesquisa e a Observação nos possibilita dados relevantes e informações pertinentes, sendo validada por Ludke & André como um dos principais instrumentos de pesquisa qualitativa, (FONTES, 1997, pag. 83) ao lado da Entrevista, outro instrumento a ser utilizado na presente pesquisa. Assim, os pesquisadores podem simplesmente observar como se dá a relação do pesquisado com o outro, como este, se comporta na sua função, como o respondente executa a sua função no espaço de atuação, etc. Na pesquisa em que se utiliza a observação, o pesquisador efetua um registro sistemático de dados, de comportamentos, ações, atitudes, respostas, de fatos e situações, obtendo assim, subsídios para confirmação ou não, do fenômeno que se esta estudando, sendo esta mais um instrumento a serviço da pesquisa.

Para a realização do período de observação foi pensado este, de fevereiro a março/2015, porém, em função de situações alheias ao momento, houve dificuldades quanto ao cumprimento das observações propostas, permitindo-se apenas conhecer a dinâmica de organização das aulas e dialogo com os professores auxiliares via reunião de grupos. Diante da situação apresentada, buscou-se utilizar-se dos momentos de acompanhamento à unidade escolar, quando possível, participação nos conselhos de classe, reuniões de pais, conversas informais com os professores auxiliares e formações em que o professor auxiliar se fazia presente, tendo sido prejudicada a observação sistematizada como proposto.

Outro ponto a ser levantado e validado na pesquisa proposta diz respeito a, como os professores auxiliares se vêem no processo ensino-aprendizagem. Para a efetivação dessa questão procurou-se estruturar a pesquisa em uma abordagem qualitativa via entrevista semi-estruturada para conhecermos a história da trajetória

desses profissionais e as relações estabelecidas por eles no processo espaço educacional. Vale lembrar que, ao realizar a pesquisa qualitativa, o pesquisador precisa estar atento à questão ética, respeitar o entrevistado, incluindo aqui, a proteção ao seu anonimato. Importante citar que, o que se busca com o uso da entrevista dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa não é tanto a veracidade das respostas do informante, mas sim, a compreensão dos sentidos com que o entrevistado tece seu discurso, (FONTES, 1993, pag. 85).

Por fazer parte da dinâmica das escolas jurisdicionadas à DRE/Palmas e por desempenhar a função de técnica de educação especial um clima de confiança, respeito e cuidado já se faz presente na relação pesquisadora e entrevistado, o que facilita a relação entre os sujeitos citados quanto a esses aspectos e quanto a questão da neutralidade, esta, com certeza exigirá da parte da pesquisadora a imparcialidade diante das informações prestadas pelos sujeitos da pesquisa, mas, esta deverá estar cônscia de que algumas interveniências se farão presentes, como, recusa em responder a algumas perguntas, ou mesmo, que sejam incapazes de responde-las. O importante é que o entrevistador deixe o entrevistado o mais livre possível para responder as questões propostas.

Interessante destacar que, em um primeiro momento a pesquisa proposta seria direcionada para quatro grupos diferenciados entre si, sendo estes, equipe pedagógica, família, aluno e professor auxiliar, diante da inferência da pesquisadora de que a importância do professor perpassaria pelos quatro grupos e esta dinâmica daria um resultado mais consistente quanto às questões norteadoras da pesquisa. Porém, com o avançar dos estudos e diante dos desafios que se fizeram presentes para a efetivação da pesquisa houve a necessidade de mudanças. Há de lembrarmos que Projeto, por estar no plano das idéias, pode ser ainda modificado, atualizado e (res) significado. Assim, os sujeitos da pesquisa, como citado no projeto de intervenção sofreu alterações, ficando participes da proposta, 10 professores auxiliares lotados em 10 escolas estaduais da cidade de Palmas/TO, os quais foram consultados sobre o interesse em participar da pesquisa e, optou-se por sorteio, cabendo assim, um sujeito por unidade escolar.

Como o período proposto para a aplicação da pesquisa foi maio e junho/2015, a presença de mais uma interveniência ocorreu. Os professores da rede estadual de Palmas paralisaram em busca de seus direitos trabalhistas, permanecendo em

greve por mais de três meses o que dificultou o acesso aos sujeitos da pesquisa. E quando estes retornaram tivemos que respeitar um tempo solicitado pela SEDUC/DRE para que as escolas se reorganizassem, voltando a dinâmica inerente as mesmas. Assim, infelizmente, houve a necessidade de se rever as estratégias propostas e conseqüentemente, a necessidade de um tempo para a sua reorganização.

Assim, após o enfrentamento a todos os acidentes de percurso, “nós” e desafios que se fizeram presente no período de efetivação da pesquisa modificamos a proposta de intervenção quanto à pesquisa a ser realizada e buscamos a sua ressignificação optando por um Grupo de Reflexão/Sensibilização/Conscientização/Discussão onde os professores auxiliares das escolas estaduais de Palmas, na dimensão de atividade coletiva e em um processo colaborativo e de grupo, refletiram e através do dialogo se sensibilizaram e se conscientizaram coletivamente sobre as Atribuições do Profissional Auxiliar, buscando que o profissional em questão, professor auxiliar se aproprie do seu papel frente aos seus alunos, espaço escola, comunidade e sociedade.

Assim, a intervenção foi efetiva em promover um repensar/reflexão por parte dos professores/as a respeito das atribuições do professor auxiliar e sobre a sua importância frente às políticas publicas inclusivas. E a partir dos resultados obtidos durante a intervenção, o que resultou em uma maior reflexão sobre a sua pratica em sala de aula pelos professores/as auxiliares, o que nos permite fazer um paralelo entre o projeto interventivo e a pesquisa-ação, nos permitindo também sugerir que, o projeto de intervenção realizada ajudou os/as professores/as a visualizar a sua função como algo de suma importância e que os mesmos, assim como os demais envolvidos na problemática, são responsáveis pela validação do papel, a de professor auxiliar na sala regular.

Assim, a partir de então serão construídas as análises das ações interventivas e dos resultados obtidos a partir das entrevistas, o intuito aqui será abordar a guisa da educação em direitos humanos como o professor auxiliar se coloca no processo ensino-aprendizagem, bem como, sugestões e direções para estudos futuros.

A coleta de dados ocorreu de 16 a 29 de outubro de 2015 em função dos desafios que se fizeram presentes. Inicialmente, foi realizado um levantamento das características da realidade a ser investigada neste estudo, a partir de reunião de

grupos, momentos de acompanhamentos à unidade escolar, quando possível, participação nos conselhos de classe, reuniões de pais, conversas informais com os professores auxiliares e formações em que o professor auxiliar se fazia presente. Assim, diante da realidade do momento, as anotações de campo foram complementadas com informações obtidas por meio de leitura dos relatórios os quais os professores auxiliares sujeitos da pesquisa elaboram a respeito do trabalho desenvolvido junto ao aluno por ele apoiado.

Recorreu-se daí à aplicação do roteiro norteador de entrevista semi-estruturada após a intervenção realizada para Investigar sobre a importância do Professor Auxiliar nas escolas estaduais da cidade de Palmas - TO para o desenvolvimento das políticas públicas, Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. As entrevistas foram conduzidas nas escolas onde o professor auxiliar desempenha a sua função e buscou-se transcrever seu conteúdo na íntegra para posterior analise.

Para a realização do período de observação foi pensado este, de fevereiro a março/2015, porém, em função de situações alheias ao momento, houve dificuldades quanto ao cumprimento das observações propostas, permitindo-se apenas conhecer a dinâmica de organização das aulas e dialogo com os professores auxiliares via reunião de grupos. Diante da situação apresentada, buscou-se utilizar-se dos momentos de acompanhamento à unidade escolar, quando possível, participação nos conselhos de classe, reuniões de pais, conversas informais com os professores auxiliares e formações em que o professor auxiliar se fazia presente, tendo sido prejudicada a observação sistematizada como proposto.

A implementação das ações propostas para a efetivação da pesquisa, esta se deu apenas parcialmente, pois, em função da paralisação dos professores e outros, não foi possível observar as atividades em sala de aula regular.

Assim, os dados obtidos foram agrupados e organizados e procurou-se fazer o retrato da realidade investigada, o que nos foi facilitada em função de ser técnica de educação especial e estar sempre em contato com os professores auxiliares, sejam em grupos de estudos, acompanhamentos, via telefone ou ainda redes sociais, como facebook e watzap, buscando-se averiguar se a realidade das escolas estava de acordo para a efetivação da pesquisa. A seguir, buscou-se fazer uma

analise dos dados coletados, via entrevista semi-estruturada, junto aos 10 professores auxiliares sujeitos da pesquisa.

E por fim, procurou-se averiguar em que medida a proposta de intervenção pode ser um auxiliar na sensibilização, conscientização e a compreensão das atribuições do Profissional Auxiliar, buscando assim, que o profissional em questão, professor auxiliar se apropriasse do seu papel frente aos seus alunos, espaço escola, comunidade e sociedade por meio das respostas às perguntas constantes da entrevista estruturada para esse fim de modo a identificar como os mesmos passaram a conceber sua importância, as suas atribuições e o seu papel como sujeito de direitos.

Importante ressaltar que os professores auxiliares, sujeitos da presente pesquisa, tiveram suas participações oficializadas via Carta de apresentação aos entrevistados, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e considerações sobre a Ética e o sigilo concernentes a mesma.

Com o intuito de compreender a importância do Professor Auxiliar na sala de aula regular, a análise da realidade investigada nos ofereceu a oportunidade de verificar in loco as diferenças presentes nos espaços escolas os quais serviram de fundo para confirmação ou não, das nossas inquietações, pois esta se deu em 10 (dez) escolas da rede estadual de ensino de Palmas/TO, cada qual com a sua realidade e especificidade confirmando que, a efetivação da política publica de educação especial na perspectiva da educação inclusiva se estabelece na dependência de como esta escola se organiza física e administrativamente frente aos processos inclusivos e como esta os validam. E quanto aos sujeitos estes também em função das suas especificidades e características individuais demonstraram de forma muito particular a visão sobre a importância do professor auxiliar na sala regular e no espaço escola do qual este faz parte.

Os dados apresentados a seguir foram construídos com base nas informações coletadas via Entrevista e a sua analise se detém na busca de informações especificas que venham validar a importância desse profissional, o professor auxiliar, nas entrelinhas das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa em questão, sendo estas, fonte de informações reais, derivadas de um determinado contexto e confirmadas no entrelaçar das falas desses mesmos sujeitos.

Na visão dos/as professores/as auxiliares entrevistados, sua função é essencialmente apoiar o aluno a ele designado, porém, como podemos observar nos fragmentos abaixo extraídos das entrevistas, estes já possuem informações e até a sua pratica vem ocorrendo de forma colaborativa, como preconizado por BEYER, 2013, FONTES, 2007 e outros estudiosos em suas pesquisas, vejamos:

Ah, chega a ser um apoio a turma inteira, porque não é um aluno só, isolado, ele está dentro de uma sala de aula, ele precisa se socializar com as pessoas. Então um trabalho em conjunto. ... É lógico estou lá "prá" aquele aluno, "pra' apoiar realmente a necessidade daquele aluno, mas como acontece lá na minha sala, tem outros alunos que precisam, outros alunos que chegam "ne" mim pra conversar pra pedir uma ajuda, um conselho algo assim e a gente pode auxiliá-los também. (Entrevista com o professor auxiliar da escola 02 realizada na data de 29/10.15).

No meu caso a toda turma. Tipo, matemática mesmo ajudo... Sou muito boa em matemática então assim ajudo uma boa parte, mas assim, eu tento fazer com que os alunos não veja ela com uma deficiente visual. Até mesmo porque a turma, a turma apóia muito ela, por exemplo, prá ir ao banheiro as colegas, quando tem trabalho as colegas faz questão de colocá-la no grupo. Então, assim, eu vejo esse apoio não somente com ela, mas tento com a turma toda. (Entrevista com a professora auxiliar da escola 03 realizada na data de 29/10.15).

Outra questão que se buscou investigar diz respeito aos critérios de seleção ou ainda, como se dá a colocação do professor auxiliar em sala regular, quais as suas atribuições e o perfil do profissional em questão. A política educacional do estado do Tocantins procurou seguir a base legal a qual norteia a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, porém, não tornou claros os critérios para a sua colocação, o perfil do profissional professor auxiliar e ainda as atribuições concernentes a esse profissional, deixando assim, algumas lacunas em relação ao profissional que irá atuar em sala de aula como um segundo docente. Na opinião dos professores/as entrevistados/as, o que se pode confirmar via fragmentos abaixo, temos,

> Não sei lhe dizer, mas penso que ele deve ter uma licenciatura... Não. Não lembro. Deixei o meu currículo lá e me ligaram para me dar uma resposta e eu aceitei".

> (Entrevista com a professora auxiliar da escola 03 realizada na data de 29/10/15);
>
> “Não, não assim exclusivamente... Por que quando começou o contrato e eu estava buscando uma vaga já me falaram que se tivesse poderia me contratar como professor auxiliar, como monitor... (Entrevista com a professora auxiliar da escola 03 realizada na data de 28/10/15).

Quanto a importância do professor auxiliar na sala regular, evidencia-se em todas as falas dos sujeitos da pesquisa que o profissional professor auxiliar é importante e o profissional essencial para a efetivação das políticas publicas inclusivas e segundo as afirmações dos sujeitos, podemos verificar que, Sim, porque devido ao tamanho da turma e sendo um só professor ele não tem tempo para dar conta sozinho das dificuldades da sala e com o professor auxiliar este se torna um “intermediário” do processo... (Entrevista com a professora auxiliar da escola 04 realizada na data de 28/10/15).

Muito importante justamente porque o professor regente não vai ter esse tempo de dar essa atenção especial pra aquele aluno que ele precisa... (Entrevista com a professora auxiliar da escola 10 realizada na data de 28/10/15).

Temos aqui, um aspecto importante a ser visto, o qual diz respeito ao ensino colaborativo ou bidocência validado por Beyer em seus estudos, a qual tem se apresentado, a partir da inclusão escolar e do surgimento de profissionais de apoio em sala de aula, um desafio que precisa ser revisto pelos cursos de formação inicial e continuada de professores, (FONTES, 2007, pag. 126) tornando claro a existência desse novo profissional nos documentos norteadores das políticas publicas colocadas em pratica pelas escolas.

É importante relatar que ainda há a existência de professores que resistem a chegada dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação às escolas, delegando, inclusive, sua ação docente para o professor de apoio,... há também um grupo que valoriza cada conquista do seu aluno, por menor que ela seja, (FONTES, 2007, pag.131).

Ao terminar a analise proposta podemos verificar que mesmo consolidada via

documentos legais a presença do professor auxiliar, estas ainda precisam sofrer algumas alterações com relação as suas atribuições, perfil, critérios de colocação, pois, continuam existindo algumas indefinições referentes a esse profissional as quais interferem na validação da mesma. Existem ainda “nós” a serem desatados, como, a indefinição de papeis do professor auxiliar, a efetivação da modulação com menor numero de alunos como preceituado na Res. nº 01 de 14 de janeiro de 2010 e as estratégias de matriculas elaboradas para se ter um norte a seguir quanto a tais desafios.

Ainda se constata que, apesar da existência de uma legislação educacional especifica que dá suporte ao processo de inclusão nas escolas da rede, sua viabilidade ainda encontra obstáculos para se efetivar... Além disso, a centralização de ações na educação especial contribui para que os suportes educacionais especializados e o preparo do professor, garantidos por lei, ocorram de forma lenta e paralela as ações da escola, dificultando o processo de inclusão, (FONTES, 2007, pag.166).

E, infelizmente, diante dos resultados obtidos, “não há dúvidas de que as legislações e as políticas públicas educacionais pró-inclusivas no Brasil, quando analisadas nos últimos quinze anos, apresentaram avanços. Todavia, ainda persiste a distância entre o que pregam os dispositivos legais e o que acontece nas práticas cotidianas das salas de aula. O resultado é a vulnerabilidade de ações educacionais inclusivas ainda muito pontuais e descontinuais nos diferentes sistemas de ensino. Daí a importância de pesquisas que discutam como as políticas educacionais de inclusão estão sendo implementadas no interior das escolas brasileiras, (FONTES, 2007, pag. 37). Acresce-se ainda,

... enquanto não houver a inclusão do debate acerca da educação do aluno com necessidades especiais no espaço das políticas publicas da educação, a inclusão deste aluno continuara sendo pensada a margem por um universo restrito de professores a ele diretamente ligados. Assim, a Educação Inclusiva deve ser compreendida como um dos eixos que atravessam e integram todo o sistema de ensino e, portanto, sua discussão deve estar presente em todas as ações educativas desde o nível ate a escola central, (FONTES, 2007, pag. 167).

Mesmo tendo sido feita tal observação há vinte e três anos, a importância do professor auxiliar ainda sendo discutida, bem como suas atribuições, seu perfil e a

necessidade de revisão dos documentos os quais norteiam o atendimento em educação especial na perspectiva da educação inclusiva, especialmente o que diz respeito ao profissional professor auxiliar e sua pratica.

Embora tenha estado presente diversos desafios na efetivação da presente pesquisa, esta, deixou evidente que o professor auxiliar é um profissional que tem o seu brilho e este está sendo validado por todos os envolvidos na proposta, sendo, o aluno, a família, os professores, a equipe pedagógica e o próprio professor auxiliar. A sua efetivação "nos conformes' com a lei ainda é um desafio para todos, professores e dirigentes das escolas. Pode-se observar que apesar do tempo decorrido frente à questão inclusiva, ainda hoje, em pleno século XXI há a existência de barreiras estruturais, pedagógicas, atitudinais, as quais impedem que o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação se efetive de forma concreta e com sucesso como preceituado por documentos que buscam esse fim.

Assim, as alterações necessárias de alguns itens da pesquisa, o que influenciou nos resultados obtidos, porém, ainda assim, favoreceu com que os objetivos fossem alcançados, nos leva a avaliar o processo de pesquisa intervenção sobre a "A Importância do Professor Auxiliar na Sala de Aula Regular" como uma ação de resultados positivos, que nos proporcionou momentos prazerosos e interessantes de busca de conhecimentos, de revisão de conteúdos, de propósitos flexíveis. Resultando esta, em um trabalho de grande valor pessoal, pois, pesquisar a área na qual atuo e pela qual torço incansavelmente para que avance nas questões de direitos humanos e nas questões legais, em prol da educação para todos como preceituado pela nossa Constituição oportunizando a todos uma educação de qualidade foi muito bom!

Agora, em relação a estudos futuros, propõem-se pesquisas dessa natureza envolvendo não apenas o professor auxiliar, mas também o aluno, a família e a equipe pedagógica da escola como proposto inicialmente pela pesquisadora, a qual gostaria de dar continuidade a pesquisa efetivada, de repente, como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania para o Curso de Mestrado/UNB.

Assim, a busca de reflexão, de ações efetivas sobre e para a importância do professor auxiliar e a concretude de uma educação para todos como vislumbrado

por Pullino, quando esta registra, “Uma escola em que cada um é respeitado em sua singularidade (Cada um é de um jeito), forjada nas relações sócio afetivas e, por isso mesmo, comprometido com as decisões coletivas, de que participa. Uma comunidade escolar em que todos são iguais em direitos e diferentes de fato. ... dando um golpe na pretensão de homogeneização da sociedade de consumo! Este foi o propósito desta pesquisa.

E finalmente, pensemos que, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva postula uma nova escola com novos autores, atores e atrizes, e, em ultima analise, seremos todas e todos, autores e co-autores desta, vale dizer, protagonistas do processo pedagógico que ali se propor, na real construção de uma escola concreta e humanizadora.

REFERENCIAS:

_____, BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BRASIL, Ministerio da Educação/SICADI. Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2015;

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2013;

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001;

CAMILO, Camila. O espaço dos auxiliares**.** Revista Nova Escola, n. 264, p. 96-98, 2013;

FONTES, Rejane de Souza. A Educação Inclusiva no município de Niterói (RJ): Das propostas oficiais às experiências em sala de aula – o desafio da bidocência, 2007;

GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007;

MACIEL, Diva Albuquerque, Geane de J. Silva. Módulo v– Metodologia de Pesquisa: Pré-projeto de Pesquisa-intervenção – UNB, 2014;

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais, Porto Alegra: Artmed, 2003;

PORTARIA Nº 007/2014. Estabelece diretrizes para a contratação de professor auxiliar de educação especial na rede municipal de ensino de Florianópolis, Prefeitura Municipal de Florianópolis Secretaria Municipal de Educação;

SÁ, Robison. Porque os auxiliares são necessários. Revista InfoEscola;

SOUZA, Tânia Maria Filiu de. "A importância da mediação do professor auxiliar da educação especial a partir das tecnologias de informação e comunicação: percepções sobre a formação continuada." *Diálogos Educacionais em Revista* 2.2 (2011);

VITTA, Mariana Canavezzi de. Políticas públicas para a inclusão escolar: Desafios e Perspectivas no município de Franca- SP, 2011;